

Breve descrição

A ação tem como objetivo a articulação dos atores centrais da política de alternativas penais nas três esferas de governo, de acordo com a Resolução CNJ nº 288/2019, para a implantação de serviços de acompanhamento às medidas diversas do encarceramento. As medidas serão orientadas para a restauração das relações e a promoção de cultura da paz, a partir da responsabilização com dignidade, autonomia e liberdade.



Entrega principal

Qualificação dos serviços de alternativas penais de acordo com a Resolução CNJ nº 288/2019.



Ações previstas

- Implantação e fortalecimento das Varas Especializadas de Alternativas Penais e Centrais Integradas de Alternativas Penais
- Implantação do Fórum Nacional de Alternativas Penais (Fonape)
- Processos formativos para magistrados e servidores
- Disseminação e comunicação

ETAPAS

NACIONAL

- Diretrizes para a qualificação das alternativas penais no Brasil
- Gestão do Fórum Nacional de Alternativas Penais (Fonape)
- Processos formativos para magistrados e servidores que atuam no campo das alternativas penais

ESTADUAL

- Implantação e qualificação das Varas Especializadas de Alternativas Penais
- Articulação dos Tribunais de Justiça, Ministério Público, Defensorias Públicas e Poder Executivo para a institucionalização das políticas estaduais de alternativas penais
- Mobilização do Poder Executivo para implantação das Centrais Integradas de Alternativas Penais (Ciap)
- Pactuação de atos normativos e termos de cooperação entre os atores envolvidos

LOCAL/MUNICIPAL

- Formação de redes locais para o cumprimento das alternativas penais
- Parcerias com as políticas municipais para encaminhamento do público
- Articulação para a criação de fundos municipais voltados para o financiamentos dos serviços de alternativas penais



Conselho Nacional de Justiça

PROPORCIONALIDADE PENAL

Alternativas Penais

GESTÃO MINISTRO LUIZ FUX
2020 - 2022



Saiba mais sobre o Fazendo Justiça acessando o código QR



FAZENDO JUSTIÇA



Produtos e Entregas

